

A PANDEMIA DO CAPITALISMO MODERNO: UMA NARRATIVA QUANTO À FUNCIONALIDADE DA DESPESA PÚBLICA, DA POBREZA, DA MISÉRIA E DA DESIGUALDADE ECONÓMICA

Assuntos ligados às desigualdades sociais, pobreza, miséria, fome, entre outros relacionáveis, têm ganhado cada vez mais espaço nas discussões económicas modernas e cada vez mais frequentes nas listas que elencam as evidências empíricas do capitalismo selvagem, tanto que prémios Nobel já foram atribuídos a autores e pensadores que se debruçaram sobre aqueles assuntos, com vista a distingui-los dos demais, e os mais recentesⁱ foram os laureados no ano de 2019.

O assunto é tão vasto que não se esgota, e dissertar sobre ele é apenas uma forma *gourmet* de se deliciar com tão profundo, impactante e delicado tema da actualidade económica. Questões relacionadas com as desigualdades intrigaram a mais alta nata do universo económico desde os anos 60 do século xx, como os professores Amartya Senⁱⁱ e Mahbub ul Haqⁱⁱⁱ, que trouxeram uma ruptura entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento económico, antes comumente confundidos.

O capitalismo, sua aplicação e funcionalidade são submetidos a uma prova de fogo, enunciada pelo “Oráculo de Delfos”, com vista a testar a sua validade até nos mais ínfimos detalhes, e são cada vez mais notórias as “doenças”, “cepas ou estirpes” geradas pela “pandemia do capitalismo moderno”. Este, *grosso modo*, sejam os Estados/governos^{iv} politicamente de esquerda ou de direita, extremos ou medianos, serve-se daquela matriz original para aplicar seus ideais políticos, económicos e sociais, pois, por mais bem-intencionados que sejamos, torna-se retórico falar das doenças e estirpes do capitalismo, nomeadamente da pobreza, miséria e das desigualdades sociais em regimes socialistas como a Venezuela e Cuba, comunistas como a China e a Coreia do Norte.

Embora a desigualdade social não seja sinónimo de pobreza, miséria e fome, estes são aspectos bem patentes que, quando se fala de desigualdade, nos estágios mais avançados de sociedades social e economicamente desiguais, constituem os derradeiros parâmetros dos níveis sobre os quais as desigualdades se depreendem.



Fonte da Imagem: <https://www.pressenza.com/pt-pt/2017/08/capitalismo-gera-pobreza-sim/>

Esclarecido o nosso posicionamento, buscamos concentrarmo-nos na essência do problema: a pobreza^v, a miséria e a fome... Se o analisarmos de forma análoga, podemos definir um denominador comum para a “triáde do suplício”, o desemprego^{vi} e o baixo poder de compra dos agentes económicos^{vii}, portanto, embora não seja tão fácil como dizê-lo, entendemos que qualquer medida que vise atacá-los deverá encontrar, pelo menos, o alívio da pobreza e a erradicação da fome e da miséria. Embora a pobreza possa assumir outras dimensões além da económica, todavia, somos da opinião de que, o embrião de todas elas será, senão a pobreza económica (monetária).

Portanto, nessa narrativa, no seu derradeiro nível (a pobreza económica/monetária), deverá estimular a miséria e fomentar a fome de qualquer nação que nela esteja mergulhada. Entendemos que, de forma sucinta, a pobreza nada mais é do que a incapacidade de um indivíduo satisfazer as necessidades essenciais à sua existência e por isso é necessário criar estruturas que visem outorgar aos indivíduos a capacidade de satisfazer essas necessidades básicas sem quaisquer constrangimentos. Deverá, em mais ou menos tempo, reduzir-se de forma significativa a pobreza, pelo menos a económica. No entanto, a multidimensional, por ser mais abrangente, requererá outros mecanismos de actuação mas que, directa ou indirectamente, passarão pelos aqui sugeridos, para sanar ou suavizar o primeiro.

Assegurar o consumo atemporal dos agentes económicos deverá ser, então, uma das imprescindíveis medidas de reduzir a pobreza, uma vez que o nível de frequência, seja absoluta seja relativa, da satisfação das necessidades básicas de um indivíduo ditará, em boa parte, o seu nível de pobreza económica e, conseqüentemente, multidimensional, quando alargados os parâmetros para os mais diversos índices sociais.

É muito tentador sugerir/recomendar os programas de transferência de renda^{viii} como mecanismo instantâneo para suavizar o problema, mas esta medida não só seria uma de curto prazo como se tem revelado pouco eficaz, principalmente em países emergentes como o Brasil, o Chile, a Bolívia, Argentina, a África do Sul, a Índia, a Angola^{ix}... Com efeito, os programas, ao invés de cumprirem com os objectivos preconizados institucionalizam a pobreza e a sua gestão, isto é, ensinam os indivíduos a acostumarem-se à pobreza e a geri-la e perpetuarem-na.

Outrossim, como Milton Friedman referiu, não podemos julgar os programas sociais pelas suas intenções, mas pelos seus resultados. Sob este ponto de vista, embora precisemos de reconhecer que os programas sociais, quando aplicados inicialmente, não só aliviam a pobreza mas também permitem a saída de indivíduos de vivem abaixo do limiar da linha da pobreza, retirando milhares de indivíduos da fome e da miséria extrema (como sucedeu no Brasil, na Índia...). Porém, no longo prazo (pelo menos é isso que indicam as evidências empíricas no Brasil, na Índia, na África do Sul e em Angola), o *cash-flow* social é negativo sendo que os indivíduos entram mais depressa para o universo da pobreza do que saem dele.

Logo, nas palavras de Ronald Regan, a melhor forma de medir a eficácia dos programas sociais é pela verificação do número de indivíduos que saem deles, ou seja, que deixam de precisar dele. Portanto, embora simples e tentadora, esta não constitui uma medida sustentável, principalmente se o crescimento económico não for garantido, essencialmente acima da velocidade da taxa de crescimento demográfico, e se a população não for maioritariamente jovem, activa e devidamente empregada, isto é, com baixos níveis de taxas de desemprego e com uma rotatividade no mercado de trabalho relativamente alta. Estes aspectos servem não só como estímulo para a flexibilização dos salários de forma naturalmente ajustada à inflação e às necessidades dos mercados mas como para uma gradual homogeneização dos níveis de salários entre os mais diversos sectores, devido à facilidade que a força de trabalho tem de migrar rapidamente entre diferentes sectores do sistema económico.

Desta feita, a forma que entendemos ser a mais sustentável, que busca não só conservar o consumo das famílias bem como protegê-lo das mais profundas flutuações económicas, deverá ser representada pelos bons, transparentes e eficientes programas de fomento ao emprego, sejam públicos (preferencialmente no sector público empresarial) ou privados, associados a uma forte instrução da força de trabalho. Pretende-se assim uma força de trabalho extremamente instruída, capaz de se adaptar rapidamente às novas tendências e tecnologias de informação e de produção com vista a estar, até certo ponto, imunizada contra os efeitos negativos das flutuações económicas, fruto dos progressos políticos (mudanças bruscas de regime político), sociais (inserção, reinserção e empoderamento de minorias) e tecnológicos

(inovação e invenção), como, por exemplo, a que se deu no âmbito da transição dos grandes marcos ao longo da história da civilização humana, de sociedades nómadas, caçadoras e recolectoras, a agrícolas e sedentárias e, de seguida, para as sociedades industriais e depois para as de informação e agora para as de inovação progressiva e disruptiva.

ⁱ <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/2019/press-release/>

ⁱⁱ Poverty and Famines, Oxford: Oxford University Press, 198.

ⁱⁱⁱ Mahbub ul Haq (1996) Reflections on Human Development. Oxford University Press. 288 pages. ISBN 0195101936.

^{iv} O angolano, desde 1992, quando abandonou a matriz socialista e adoptou a economia de mercado como forma de organização económica.

^v Segundo os dados oficiais do INE, a pobreza monetária em Angola abarca cerca de 40,6% da sua população.

^{vi} Segundo dados oficiais do INE, a taxa de desemprego encontra-se à volta dos 31,6% da população economicamente activa, no que ao segundí trimestre do ano de 2021 se refere.

^{vii} Segundo dados oficiais do INE, a taxa de inflação referente ao mês de Julho situou-se à volta de 2,10%, sendo que, para o segundo trimestre do ano de 2021, situou-se à volta dos 25,32%.

^{viii} Como é por exemplo o Programa Kwenda, caso específico para a economia angolana, a Bolsa Família, no Brasil, os subsídios de desemprego nos Estados Unidos, Portugal...

^{ix} No caso especial de Angola, cujos níveis de pobreza monetária rondam os 40,6% (2018/2019) da população e o desemprego crescente, à volta dos 31,6%, segundo dados publicados pelo INE.